

Senado fará balanço da situação econômica e informará Governo

O Governo vai receber, até o final do ano, um relatório da Comissão de Economia do Senado apresentando suas impressões a respeito da "atual conjuntura econômica nacional, com as sugestões dos senadores e outros peritos a respeito do contexto. E para recolher os subsídios a esse relatório, a Comissão inicia hoje cedo um ciclo de estudos e debates, com uma exposição sobre a economia açucareira, com a participação do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, general Alvaro Tavares Carmo.

Depois do presidente o IAA, serão ouvidos, em datas diferentes, o dirigente da Petrobrás, general Araken de Oliveira, sobre "O atual estágio da exploração e aproveitamento dos recursos minerais na área do petróleo"; o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Marcos Pereira Viana, sobre "A política de fortalecimento da empresa privada, o papel complementar das empresas estatais e a participação do capital estrangeiro na formação empresarial", e, finalmente, o presidente do Banco Central, Paulo Lira, sobre "O endividamento externo do Brasil".

Ao justificar a decisão da Comissão de Economia, o seu Presidente, senador Milton Cabral, (Arena da Paraíba), disse que "o país enfrenta desafios relacionados com a conjuntura internacional e com as próprias tensões do seu crescimento econômico", o que implica na discussão e opção de alguns pontos como o prosseguimento da industrialização, "numa época de tecnologia sofisticada e de explosão demográfica", até "as conhecidas distorções da distribuição da renda regional e pessoal".

Acrescentou que esses desajustes "se explicam como componentes normais de uma crise de expansão", em cujo estudo a Comissão pretende se aprofundar, "a fim de que possa oferecer ao Congresso e ao Governo apreciações relacionadas aos diferentes aspectos da conjuntura econômica nacional".

ALIENAÇÃO

O Presidente da CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais), Yvan Barreto de Carvalho, disse ontem, no Seminário sobre Política Mineral do País, promovido pela Comissão de Minas e Energia do Senado, que a Kalium Mineração - Grupo Lume - vem atendendo, até o momento, a todos os requisitos legais exigidos pela licitação para concessão da lavra de sal de potássio em Sergipe.

De acordo com ele, os estudos para delimitação da área para exploração de potássio das jazidas petrolíferas - o único empecilho para o início da exploração de potássio no local - deverão estar concluídos nos próximos dias, quando então chamaremos a Kalium Mineração e a Petroquisa, para o acerto de composição da nova empresa que será encarregada da produção do minério.

O Presidente da CPRM afirmou aos participantes do Seminário que de acordo com o conhecimento geológico atual e dos empreendimentos em organização pode concluir que o país passará da situação de grande dependência para uma posição de auto-suficiência relativamente tranquila, em termos internacionais, ampliando sensivelmente sua posição de exportador de minérios. Essa auto-suficiência, segundo ele, será atingida no setor de fertilizantes fosfáticos e potássicos, alumínio, zinco, titânio, níquel, magnésio e, possivelmente, em produtos petroquímicos.

Disse, ainda, que o país poderá passar a exportador de alumínio, fertilizantes potássicos, níquel, titânio e magnésio, e em grande escala, ferro, nióbio, caulim para papel e pedras semipreciosas.

Para Yvan Barreto de Carvalho, as disponibilidades de nossos recursos minerais, que cada dia nos são revelados, possibilitaram a iniciativa privada e ao Governo convergirem seus interesses no sentido de incrementar as atividades do setor minério-metalúrgico em busca do atendimento às novas necessidades. Essa convergência entre o Governo e a iniciativa privada, segundo ele, não tem caráter paternalista, e sim um imperativo funcional, vez que, sem esse concurso, só nos restariam duas opções: a entrega da nossa mineração a mãos alienígenas ou a estatização geral.

Pensou, que, quanto a deixarmos a lavra de nossos bens minerais a mercê de processos decisórios externos, é um tamanho absurdo que nada temos a comentar... No caso de uma opção pela estatização do setor, diz ele, estaríamos relegando as dificuldades que tem o Estado, para desviar recursos que se fazem imprescindíveis em outras áreas de atividades, no hoje acelerado desenvolvimento econômico do país. Diante disso, ele enfatizou que urge, portanto, continuar a incentivar esses grupos nacionais interessados, no sentido de fazê-los conscientes de suas

insubstituíveis responsabilidades para com o Brasil, a procurarem se auto-afirmar, cada vez mais, para que venhamos a ter, em curto espaço de tempo, uma real indústria de mineração nacional.

Esta afirmação da empresa de mineração nacional, não significa, frisou Yvan Barreto, a condenação do capital estrangeiro. Para ele, o investimento externo chega a ser imprescindível ao desenvolvimento de um país quando, além do aporte de capital, oferece possibilidade de transferência de tecnologias, faz emprego de novos métodos gerenciais, promove o treinamento de nacionais no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas no país e procura atender ao desenvolvimento das exportações, dentro das metas aprovadas, sem se fazer hostil ao empresariado nacional.